

# A reconquista do lugar como espaço de rebeldia e as alternativas emancipatórias

*Regina Célia Bega dos Santos*

✉ rcsantos@ige.unicamp.br

## Resumo

As recentes manifestações sociais nas principais cidades brasileiras suscitaram as discussões apresentadas neste artigo, já que estimularam os debates sobre questões relacionadas às dificuldades existentes no cotidiano urbano. Demonstraram como as latências existentes nas metrópoles e grandes cidades – lugares potencialmente revolucionários – podem transformar-se em movimentos populares que, quando conquistam as ruas, refuncionalizam-nas, devolvendo a esses espaços públicos uma de suas principais funções, que é a política. Demonstram, ainda, as contradições nas formas de apropriação do espaço urbano produzidas pelo uso hierárquico do território pelos poderes público e privado, como pelas ações produzidas com os relacionamentos horizontais entre os indivíduos que criam as possibilidades para o compartilhamento de ações transformadoras.

\* \* \*

**PALAVRAS-CHAVE:** cidades; lugar; movimentos sociais; horizontalidade-verticalidade; emancipação.

## Introdução

A tomada ou retomada das ruas como espaço público significa a concretização de latências existentes, principalmente nas metrópoles e nas grandes cidades. As mesmas podem ser refuncionalizadas pelos movimentos populares quando ocupam o espaço público, devolvendo-lhe a sua verdadeira destinação política como lugar de contestações, onde o inconformismo com determinada situação toma forma. As manifestações contestatórias são produzidas com determinadas intenções, reivindicam-se transformações e, de fato, algumas vezes, elas ocorrem. Entretanto, outras vezes, o que ocorrem são acomodações das latências acima mencionadas. Outras vezes, ainda, após o atendimento das reivindicações, ocorre o acomodamento.

As recentes manifestações ocorridas nas cidades brasileiras impulsionaram o debate sobre questões relacionadas às dificuldades existentes no cotidiano urbano, especialmente para os mais pobres. Também afloraram o debate sobre questões políticas, trazendo à baila, novamente, propostas para uma alentada reforma política. Porém, algumas questões se fazem necessárias: Quais são as possibilidades para uma reforma urbana que resolva ou minore as condições de um cotidiano tão sofrido ou para que uma reforma política – de fato – ocorra? Como aprofundar as discussões com a finalidade de elaborar propostas, sistematizá-las, viabilizá-las? Como a sociedade civil organizada pode participar desse processo? Como viabilizar um regime democrático efetivamente participativo? Como conquistar conselhos que, de fato, sejam populares e democráticos? Este artigo não se propõe responder essas indagações, mas, apenas, contribuir para a reflexão das mesmas, estimulando o debate de ideias.

A discussão proposta parte do princípio de que as situações concretas vivenciadas no cotidiano são termômetros para identificar as relações entre espaço e poder nas suas diversas escalas (local, nacional, mundial). As dificuldades vivenciadas no cotidiano, especialmente pelas pessoas mais pobres, que se traduzem nas desigualdades sociais, econômicas e territoriais; na precariedade dos transportes públicos; na questão da moradia em todos os seus aspectos (preço, qualidade, localização, infraestrutura básica, equipamentos e serviços públicos) - enfim, todo esse cotidiano urbano sofrido - geram tensões que ficam latentes e em certos momentos explodem e, muitas vezes, de forma incontrolável. São tensões vivenciadas na localidade, mas relacionadas com a globalidade – relacionamento este que tende a ficar obscurecido, dadas as dificuldades impostas no cotidiano para se realizar as articulações entre as diversas escalas.

## O lugar como sede de resistência da sociedade civil

As metrópoles, como as grandes cidades, são frequentemente apontadas como lugares potencialmente revolucionários – para elas afluem multidões com possibilidades para se articularem. São muitos os autores que se debruçam sobre a temática urbana e desenvolvem este tipo de argumentação. Dentre eles podem ser destacados Lefebvre (1969, 1970), Harvey (2004, 2012, 2013) e Santos (1987, 1994, 1996a). Harvey (2012) salienta que muitos daqueles que compõem essa multidão são pessoas de quem o capital tirou as alternativas em outros lugares. Por isso, para ele, essas cidades são muito mais do que somente lugares das desigualdades e da vida automatizada. São lugares onde estão as possibilidades para se compartilhar experiências criadoras de novas sociabilidades, identidades, valores. Harvey (2012) e Santos (1996a) destacam que nos lugares onde os pobres se concentram as reivindicações são criadoras de coesão. Harvey destaca que nelas concentram-se as energias do capital e as possibilidades para superá-lo. Para ele, é preciso buscar sentidos rebeldes nas lutas por direitos sociais empreendidas por uma variedade de grupos e de movimentos que podem tecer redes entre aqueles que procuram construir formas de vida para além dos limites do capital.

Santos (1996a, p. 258) assinala:

No lugar – um cotidiano compartilhado entre as mais diversas pessoas, firmas e instituições – cooperação e conflito são a base da vida em comum. Porque cada qual exerce uma ação própria, a vida social se individualiza; e porque a contiguidade é criadora de comunhão, a política se territorializa, com o confronto entre organização e espontaneidade. O lugar é o quadro de uma referência pragmática ao mundo, do qual lhe vêm solicitações e ordens precisas de ações condicionadas, mas é também o teatro insubstituível das paixões humanas, responsáveis, através da ação comunicativa, pelas mais diversas manifestações da espontaneidade e da criatividade.

## As verticalidades e as horizontalidades nas vivências do cotidiano

Situações vivenciadas no cotidiano são produzidas pelo uso hierárquico do território pelos poderes público e privado (as privatizações dos meios de transporte, das vias de comunicação e dos demais serviços públicos são alguns dos exemplos que demonstram esta evidência), como também são produzidas pelas relações horizontais estabelecidas pelos indivíduos e que criam as possibilidades para o compartilhamento de ações.

Para Milton Santos (1996a e 1996b), esta nossa contemporaneidade caracteriza-se por um *novo funcionamento do território*, dado pelas contiguidades funcionais no espaço banal a partir do acontecer homólogo, em contraposição e em

contradição com o acontecer hierárquico do espaço das redes, pelo qual pontos distantes são interligados por processos socioeconômicos. Esse último leva a uma união vertical e teleguiada dos lugares a partir de um comando externo e centralizado. Ao passo que os vínculos locais, ou mesmo os vínculos relacionados à similitude de valores por indivíduos que podem não estar na mesma localidade, criam as possibilidades para a união horizontal desses mesmos lugares, com funcionalizações diferentes e simultâneas.

Com as funcionalizações horizontais, as regras são formuladas e reformuladas pela dinâmica local ou pelas diversas maneiras de se estabelecer proximidades e as técnicas são usadas a partir dessas dinâmicas. Já nas funcionalizações verticais a dinâmica e a normatização são mundiais. Assim sendo, com o mundo globalizado, o território, enquanto suporte de redes que transportam normas e regras impostas verticalmente, tem os vetores da horizontalidade enfraquecidos. No entanto, o lugar se mantém como sede de resistência da sociedade civil, sendo que o envolvimento em movimentos sociais, ou mesmo em protestos mais pontuais, a partir das experiências vivenciadas no cotidiano, indicam as possibilidades para essa resistência.

Não se pode deixar de considerar – embora possa parecer óbvio, mas é o óbvio que facilmente passa despercebido – que um ato público, contra uma determinada situação, ocorre em um determinado lugar, como parte do espaço geográfico, que é apropriado ou reapropriado com o intuito de se realizar tal protesto. Esta apropriação tem um caráter político muito importante: a conquista, mesmo que momentânea, da rua e a sua valorização ou revalorização enquanto espaço público, o que conflita com as formas privatizadas de uso desse espaço realizadas pelos agentes hegemônicos, em especial o capital financeiro associado ao imobiliário. E não é incomum o poder público com os seus agentes – neste caso a força policial – sair em defesa dos agentes da privatização.

Com isso, fica claro o conflito existente, relacionado com as formas de apropriação do espaço geográfico entendido, de acordo com Santos (1996a), como um conjunto indissociável de fixos (naturais e sociais) e de fluxos. Estes fixos e fluxos compõem as forças produtivas da sociedade e, unidos em sistema, agem uns sobre os outros, através do trabalho intelectual vivo sobre o trabalho intelectual morto. Os objetos tendem a ser cada vez mais técnicos e específicos e são, deliberadamente, fabricados e localizados para responder a objetivos previamente estabelecidos. Quanto às ações, as mesmas tendem a ser, cada vez mais, racionais e ajustadas. Os objetos são tanto mais eficazes quanto melhor se adaptam às ações visadas.

Complementarmente, Santos (1996a) acrescenta outro aspecto importante para a compreensão da contradição aqui discutida: a de que o espaço geográfico, sendo formado pela materialidade – a tecnosfera –, é constituído também pela vida que a anima – a psicofera. As ações pertencem à psicofera e a configuração territorial (que compõe as forças produtivas materiais) permite a ocorrência das mesmas. Dessa forma, vão sendo produzidas alterações, com o surgimento de novos fixos e de novos fluxos, redefinindo os lugares e, portanto, a configuração territorial. Esta materialidade, formada por ações cristalizadas (ou trabalho morto, conforme a terminologia marxista), tem a sua significação geográfica dada pela contiguidade existente entre os objetos e pela interligação entre os mesmos, realizada pelo processo social.

Por isso, a noção de forma-conteúdo proposta pelo autor é mais adequada do que simplesmente a de forma. Significa compreender a indissociabilidade entre os objetos naturais e sociais (ou artificiais, para empregar a sua terminologia) e que os mesmos não têm existência real sem as ações históricas, podendo ser refuncionalizados pelas mesmas.

Quando se realiza uma manifestação pública em certo lugar e contra uma determinada situação, a mesma é fruto de ações intencionais e ocorre na psicofera; contudo, seu resultado pode ser alheio às intenções iniciais, ou seja, pode ser aleatório. Agora, a manifestação – parte do processo social – tem uma função dada pela sua intencionalidade e essa função encaixa-se numa forma, refuncionalizando-a. É o que ocorre com a rua (forma) quando é apropriada pelas manifestações populares (enquanto processo social) que podem, intencionalmente, redirecionar os seus fluxos para outras funções que não a circulação das pessoas pelos meios de transporte, ou a não circulação momentânea do capital pela não realização de serviços e de negócios pelos estabelecimentos comerciais, bancários, dentre outros, ou mesmo pela paralisação de algumas atividades industriais, o que compromete momentaneamente a realização da mais valia social. Portanto, a rua, enquanto configuração territorial e, assim, como parte das forças produtivas materiais da sociedade, pode ter os seus fixos e fluxos redefinidos por funções estabelecidas a partir de determinadas intencionalidades. Mas, dependendo da atuação de outros manifestantes não imbuídos das mesmas intencionalidades que as dos organizadores ou mesmo, dependendo da atuação dos agentes das forças repressivas, os resultados podem ser outros, ou seja, aleatórios.

De certa forma, foi o que aconteceu nas manifestações de junho de 2013, quando o Movimento Passe Livre (MPL) deixou de convocar, explicitamente, outras manifestações via redes sociais, mesmo tendo alcançado o seu objetivo inicial - a revogação, em várias cidades, do aumento da tarifa do transporte público. Isso

ocorreu pela apropriação do movimento por interesses divergentes daqueles dos organizadores<sup>1</sup>.

Harvey (2012) discute que os movimentos populares têm possibilidades para florescer e realizar projetos altamente diferenciados. Mas, como sempre acontece, os poderes econômico e político cooptam parte do discurso contra o sistema e tentam diluí-lo. Isto ficou muito claro com as manifestações de junho. Os meios de comunicação, especialmente a televisão, depois de se colocarem firmemente contra as manifestações, exigindo, inclusive, uma intervenção mais dura da força policial, “repentinamente” mudaram o discurso, “apoiando” os movimentos e, claramente, direcionando-os politicamente para a *direita* ao enfatizar outras palavras de ordem, como o combate à corrupção e contra os partidos políticos.

Outro aspecto dessa discussão é que contribui para a compreensão dessas manifestações refere-se à forma como as mesmas foram organizadas e convocadas, ou seja, através das redes sociais, utilizando-se dos avanços técnico-científicos do atual período histórico com o seu correspondente meio geográfico, que é técnico-científico-informacional. Essas características do meio geográfico contemporâneo podem nos ajudar a compreender nossos dilemas. Santos (1996a) discute que a técnica e a informação são indiferentes ao entorno, ao lugar, e se relacionam com o reino da necessidade. A informação aproxima os lugares, inserindo-os no sistema-mundo, onde as variáveis exógenas impõem o acontecer hierárquico que, por sua vez, interfere no cotidiano dos indivíduos, como pode ser identificado, por exemplo, quando da implementação de políticas públicas em desacordo com os interesses da coletividade a que se propõem atender. Santos argumenta, ainda, que graças aos progressos técnicos e à aceleração contemporânea, os espaços nacionais, que na verdade são espaços da economia internacional, podem dividir-se em espaços da racionalidade e outros espaços. Nos espaços da racionalidade, os objetos geográficos são intencionalmente escolhidos e a localização dos mesmos é funcional aos desígnios dos sujeitos capazes de uma ação racional. A matematização do espaço produz a concomitante matematização da vida social, de acordo com os interesses hegemônicos, relacionados à ampliação da lucratividade para os mais fortes e para a mais intensa alienação possível para os demais. O autor completa que, através do espaço, a globalização empobrece e aleija. Por outro lado, as relações comunicacionais podem conduzir ao reino da liberdade. A comunicação, diferentemente da informação, se estabelece no chamado espaço banal (espaço de todos os homens, de todas as ações) e é resultante da práxis intersubjetiva e transindividual, que se manifesta no tempo-espaço do cotidiano compartilhado, criador de interdependência e

---

1 Em outro tópico, mais adiante, este aspecto da questão será tratado mais detidamente.

solidariedade. Quando os lugares se unem apenas verticalmente temos o espaço das redes, voltado para o mercado, de acordo com os ditames da dimensão mundial e das organizações mundiais que levam o mundo para todos os lugares (como instituições supranacionais, organizações internacionais, dentre outras), mas, quando se unem horizontalmente, no espaço banal, reconstroem-se as bases para uma vida comum, o que ocorre na *tribo*<sup>2</sup> – que une os homens pela sua semelhança – e no lugar – que une pela cooperação na diferença. Enfatiza, ainda, que a grande revolta se dá no lugar, ali onde a tribo descobre que mesmo isolada não pode estar só. Conclui a argumentação afirmando que o mundo é visto pela perspectiva do lugar, sendo nele que o real triunfa. Daí a necessidade de um Estado concreto, identificado com os interesses do povo.

A possibilidade de atuação passa, assim, pelo lugar, que é o espaço compartilhado no cotidiano. Nele, pode-se concretizar a oposição entre mercado e sociedade civil a partir de novas horizontalidades, com as quais se podem construir outras normas contrapostas à dinâmica da globalização perversa.

Lefebvre (1970) também trilha esse caminho ao considerar o espaço um meio privilegiado para explorar alternativas emancipatórias. Denuncia, também, o caráter opressivo de um mundo espacialmente definido pela racionalidade, burocracia, tecnocracia e interesses capitalistas.

### Os movimentos sociais como alternativas emancipatórias

Os movimentos sociais, como alternativas emancipatórias, são deflagrados contra uma determinada situação de vida e, a partir de ações concretas, procuram mudar o *status quo*. Como já enfatizado, uma das facetas dessa situação de vida relaciona-se à forma como o espaço geográfico, como um sistema de objetos, é apropriado pela sociedade, através do sistema de ações (SANTOS, 1996a). Esta apropriação se dá no lugar, onde há o encontro entre possibilidades latentes e oportunidades preexistentes ou criadas. Portanto, quando se fala de movimentos sociais, não se pode deixar de mencionar as ações empreendidas a partir da conscientização de que há latências que permitem a organização de um determinado coletivo para a deflagração de alguma ação. Essas oportunidades podem ser dadas pelo contexto social ou podem ser criadas a partir de determinadas intenções; de qualquer forma, são historicamente definidas e deflagradas por forças sociais coletivas organizadas (THOMPSON, 1979).

Os movimentos sociais urbanos podem atuar sobre uma problemática urbana popular como, por exemplo, formas de apropriação e distribuição das terras

---

2 Terminologia empregada pelo autor. Grifo nosso.

urbanas; questão da moradia; oferta e qualidade dos serviços públicos nas áreas de saúde, de educação, de cultura, de lazer, de transportes públicos... São movimentos reivindicatórios de caráter popular contra a precariedade nas condições de vida da população mais pobre e pelo direito à cidade e ao exercício da cidadania. Podem pôr em xeque as formas de apropriação da cidade pelos mais poderosos, economicamente e politicamente, e que levam ao empobrecimento, à espoliação urbana ou à opressão política.

### **O neoliberalismo, o enfraquecimento dos movimentos populares e as mudanças recentes**

Com a hegemonia do pensamento neoliberal, que passou a dominar a ordem mundial e a inserção do Brasil de forma subordinada a este sistema-mundo, ocorreu o enfraquecimento dos movimentos populares, após um período de fortalecimento nos anos 1970-1980, sendo esses responsáveis por importantes conquistas e tendo contribuído fortemente para a democratização do país. Esse enfraquecimento ocorreu, principalmente, nos anos 1990, já que a tônica imposta foi a de cortes nos investimentos sociais para beneficiar o setor produtivo e o capital financeiro. O movimento sindical, por sua vez, também se enfraqueceu com a terceirização, precarização e fragmentação do trabalho. Além disso, houve o crescimento das organizações não-governamentais (ONGs), que tenderam a substituir parte dos movimentos sociais e populares, embora com uma lógica distinta dos mesmos.

Neste início de século, entretanto, houve consideráveis mudanças relativas à forma de inserção do país na ordem mundial, sendo que os últimos governos têm agido com mais autonomia nesse sentido. Além disso, é importante enfatizar algumas das medidas tomadas, principalmente em nível federal, para resolver ou, ao menos, minorar alguns dos problemas estruturais do passado, como o acesso à moradia, a desigualdade na distribuição de renda, o acesso ao ensino de nível superior, dentre outros. Alguns desses problemas têm sido melhor equacionados do que outros (como a redistribuição de renda, através do Bolsa Família – programa com reconhecimento internacional). É necessário, ainda, frisar outro importante aspecto: o da sociedade brasileira estar vivenciando um raro período de estabilidade social, econômica e política. Mas há, ainda, grandes desafios com muitos problemas para serem superados, nem todos relacionados diretamente à questão urbana, mas que se articulam a ela de alguma forma, como a questão indígena e as dificuldades para a demarcação das terras de diferentes etnias, como também acontece com os quilombolas; a política energética, com a construção de grandes hidrelétricas; o relacionamento do poder público em todos os níveis com o agronegócio; além da questão agrária e das dificuldades que os movimentos sociais

no campo têm encontrado no relacionamento com os poderes públicos.

Além disso, as questões referentes às condições de vida nas cidades estão longe de serem resolvidas, como a questão da mobilidade urbana, agravada pelo uso do automóvel em detrimento dos transportes públicos, e a péssima qualidade dos últimos na maioria das cidades brasileiras. Como consequência, ocorrem diariamente grandes congestionamentos – não mais apenas nos horários de pico – que tornam a vida insustentável, principalmente nas grandes cidade e regiões metropolitanas. O tempo gasto nos deslocamentos para o trabalho e para outras atividades é enorme e penoso. Em metrópoles como São Paulo, é comum as pessoas perderem diariamente mais de quatro horas nesses deslocamentos. Mas mudanças começam a ocorrer: depois das manifestações de junho de 2013 o governo municipal acelerou o trabalho para aumentar os corredores exclusivos para ônibus na capital paulista. Novos corredores entraram em funcionamento, já ocorrendo sensível redução no tempo dos deslocamentos, conforme apontado por alguns passageiros. Se houver continuidade de medidas como essa, talvez se possa efetivar a expectativa de substituição do automóvel pelo transporte coletivo. De acordo com dados recentes da Companhia de Engenharia de Tráfego (CET) do município, São Paulo tem cerca de 5 milhões e 500 mil automóveis e apenas 15 mil ônibus!

Marilena Chaui (2013), a respeito das manifestações em São Paulo, lembra que o programa do metrô entregou até o momento 90 km de vias, sendo que a previsão era entregar 450 km de vias até 1990! Menciona, ainda, os problemas crônicos referentes ao serviço fornecido pelas empresas de ônibus, cujos empresários, organizados em cartel, dominam completamente o setor. A frota é envelhecida e os percursos são os mais longos para aumentar a lucratividade. Não há linhas conectando pontos do centro da cidade, nem linhas interbairros ou linhas suficientes conectando os bairros às diversas estações do metrô, nem pontos de ônibus iniciais/terminais suficientes nas estações de metrô, obrigando as pessoas a entrar em ônibus já lotados para concluir o percurso para suas residências. Essas condições acabam justificando a necessidade da compra e do uso de automóveis por parte dos indivíduos, cansados dos maus serviços oferecidos. São problemas como esses que tornam o trânsito insuportável, não só em São Paulo, mas também nas demais metrópoles e grandes e médias cidades, justificando a organização e a ação de movimentos como o Movimento Passe Livre (MPL).

Há, ainda, sérios problemas comprometendo a qualidade de vida dos moradores das cidades, como já assinalado. Um desses problemas, contudo, merece ser retomado, embora brevemente: trata-se da gravíssima questão da moradia<sup>3</sup>. Nas

---

3 A retomada é breve para não comprometer os objetivos do artigo. Enfatizamos a existência de excelentes estudos de fôlego e artigos a respeito desta importante temática.

cidades, o preço da terra urbana é proibitivo, os mecanismos da especulação imobiliária expulsam os mais pobres para as periferias mais distantes, mas também estimulam a adesão da classe média aos grandes condomínios verticais (sem que haja estudos sérios a respeito dos impactos desta densidade para os bairros onde os mesmos se situam, principalmente em relação à mobilidade urbana e à infraestrutura básica) e aos condomínios horizontais (localizados, em geral, em cidades próximas à metrópole e que acirram os problemas já mencionados, principalmente o de trânsito, já que a autossegregação faz do automóvel o meio de transporte principal ou mesmo exclusivo para muitos dos moradores).

Tudo isso ocorre sem que, na maioria das vezes, soluções para os diversos problemas urbanos sejam efetivadas. Na cidade de São Paulo, nas épocas das chuvas, as consequências das enchentes são dramáticas para os mais pobres e as causas são de conhecimento geral e estão relacionadas com a forma como ocorre a ocupação das terras urbanas: crescimento vertiginoso de grandes empreendimentos; aumento constante da impermeabilização do solo que afeta a drenagem e o escoamento; política de canalização indiscriminada de córregos, que apenas proporciona o aumento do volume de águas mais adiante, transferindo as enchentes para lá, como ocorrenas margens retificadas do rio Tietê durante as temporadas de verão.

Essas condições possibilitam a organização de movimentos reivindicativos, que podem esgotar-se na medida em que suas demandas (em geral, é disto simplesmente que se trata – *demandas*) sejam atendidas ou não. O atendimento da demanda gera a satisfação e o não atendimento, a frustração; em ambos os casos pode acontecer o esvaziamento do movimento reivindicativo. Podem, por outro lado, transformar-se em lutas sociais propriamente ditas, dependendo de como o movimento se desenrola e se relaciona com as demais forças e grupos sociais envolvidos. São as experiências vividas que geram as possibilidades de compreensão das questões específicas, relacionadas com as mais gerais, que irão permitir a transformação de um simples movimento reivindicativo em um espaço de luta social, com a elaboração de projetos a partir da prática cotidiana, no desenrolar de lutas por condições dignas de vida. Na luta, os participantes vão compreendendo as causas da segregação socioespacial, identificando os espaços socialmente diferenciados com a explicitação das diferentes formas de apropriação das cidades pelos diferentes grupos sociais (BEGA DOS SANTOS, 2008).

Esses movimentos podem contribuir para a conquista de espaços efetivos de participação popular no interior da sociedade civil e podem promover outra configuração territorial, na medida em que os fixos e fluxos, refuncionalizados pelas ações desenvolvidas horizontalmente, correspondam aos interesses populares.

No entanto, as forças que ficam em uma espécie de localismo, no âmbito estreito de suas reivindicações, deixam de perceber os contrastes que segregam e dão sentido de luta ao enfrentamento das desigualdades, o que só pode ocorrer coletivamente. Os interesses vão sendo identificados na elaboração das experiências, constituindo-se os sujeitos coletivos entre as pessoas que vão se descobrindo umas às outras a partir de uma identidade própria, de histórias semelhantes e de um destino comum, o que possibilita a construção de um projeto para mudar a realidade. Os interesses são identificados na elaboração das experiências quando se constituem os sujeitos sociais (SADER, 1988).

Harvey (2012), procurando compreender as possibilidades contemporâneas para a organização dos movimentos sociais, considerando, particularmente, a problemática a respeito de quem é, hoje, o sujeito histórico, pergunta quem está produzindo e reproduzindo a vida nas cidades. Lembra que o proletariado hoje é muito diferente daquele do mundo fabril e muito mais difícil de organizar porque está disperso, por isso é preciso encontrar formas diferentes de organização. Para ele, os movimentos sociais devem ser vistos como movimentos de classe. As formas de organização podem ser menos restritas que as dos sindicatos convencionais que, hoje, podem se organizar por local e não por setor, isto é, uma organização geográfica para pensar o proletariado em geral, na cidade. Pode-se unir uma cidade inteira, juntando pessoas envolvidas em sindicatos diferentes, com todas as suas diferenças. O autor propõe a reelaboração da ideia de cooperativa, através da criação de redes de cooperativas interligadas nas áreas metropolitanas – a partir daí podem surgir centros comunitários ligando bairros inteiros, integrando bairros próximos, com programas educacionais e culturais.

Em síntese, a conscientização a respeito de direitos sociais não garantidos pode criar as possibilidades para se lutar por eles e, dependendo das formas de encaminhamento dessas lutas, elas podem conduzir a uma inserção maior da sociedade no setor estatal, com o fortalecimento da sociedade civil, o que se opõe drasticamente à ideia de cooptação da mesma. Quando isto ocorre, o que vamos ter é o seu oposto, ou seja, o enfraquecimento da sociedade civil. Com o fortalecimento da sociedade civil na luta tem-se a *socialização da política* e, assim, pode-se concluir que a execução de uma política urbana comprometida em assegurar aos cidadãos condições de vida relacionadas à justiça social depende de como evoluem as relações entre poder público e sociedade civil (KOWARICK, 2000).

Portanto, as transformações na sociedade, ou transformações socioespaciais (ainda precisamos enfatizar este aspecto – o espacial –, que tende a ficar

obscurecido<sup>4</sup>) ocorrem a partir de determinadas tendências produzidas historicamente. As opções feitas dependem da forma de relacionamento mencionada entre sociedade civil e sociedade política. Quando a democracia é suficientemente forte, as transformações socioespaciais são fruto dessa relação dialética, fruto do exercício da cidadania em uma democracia renovada, para empregar um termo utilizado por Lefebvre (1969). Porém, quando a democracia não se encontra fortalecida e a sociedade ainda luta contra as forças do atraso social e político, a luta desenvolve-se em outro nível: luta-se pela sobrevivência imediata; no entanto, desse embate pode ser ampliado o universo das pessoas aptas a exercer a cidadania (como ocorreu com o Movimento dos Trabalhadores sem Terra – MST) e é desse embate que os movimentos sociais populares podem sair fortalecidos.

### Considerações finais: aspectos para a reflexão a partir das recentes manifestações

As manifestações de junho de 2013, ocorridas nas principais cidades do país, têm como aspecto comum aos movimentos sociais e populares – desencadeados principalmente das décadas de 1980-1990– a organização horizontal, sem relações hierárquicas entre os participantes. Contudo, há um importante diferencial na forma de convocação das primeiras, pelas redes sociais, que lhes deram as características de movimento de massa, com milhares de participantes. Talvez este diferencial tenha contribuído – mas não completamente – para definir o rumo que essas manifestações tomaram, depois de um determinado momento.

Chauí (2013) indica alguns problemas advindos deste tipo de convocação. Em primeiro lugar, assinala a questão da *indiferenciação*, isto é, da pouca ou nenhuma seletividade dos participantes, que tanto podem se mobilizar para um show, para um evento esportivo ou pela tarifa dos transportes públicos. Dessa maneira, a manifestação adquiriu características de um evento, mesmo partindo do Movimento Passe Livre. À medida que cresceu, ampliando o leque de participantes, estes passaram a recusar qualquer estrutura organizativa, tornando-se um espetáculo de massa<sup>5</sup>. Muitos dos manifestantes foram para um evento midiático com o objetivo de postar suas fotos nas redes sociais, conforme relato feito por

---

4 Este aspecto não será discutido neste artigo, pois foge ao seu escopo. No entanto, convém reafirmar a importância de continuarmos preocupados na identificação dos porquês da questão espacial permanecer estrategicamente obscurecida na mentalidade da maioria dos que se propõem interpretar a sociedade contemporânea e, talvez, por este motivo, também obscurecida para a maioria dos indivíduos que convivem nessa sociedade.

5 “A cultura de massa, denominada *cultura* por ser hegemônica, é, frequentemente, um emoliente da consciência. O momento da consciência aparece quando os indivíduos e os grupos se desfazem de um sistema de costumes, reconhecendo-os como um jogo ou uma limitação” (SANTOS, 1987, p. 64).

outros ali presentes. Comportamentos desse tipo podem não contribuir para a auto-organização política da sociedade e outras mobilizações com o mesmo método convocatório, como as ocorridas no Egito, demonstram a pouca efetividade das mesmas.

Continuando na sua interpretação, Chauí (2013) destaca, em segundo lugar, a *dimensão mágica* dessas manifestações, com o uso da internet pelos *usuários* que não possuem o controle técnico e econômico do instrumento utilizado. Pode-se acrescentar que também não possuem o controle político. É como se bastasse querer para acontecer. Aparentemente, temos a comunicação se realizando e, para alguns – aqueles que ali estavam exercitando a autonomia política –, de fato isso ocorreu; no entanto, para muitos, foram os instrumentos da mídia que foram apropriados para a reprodução de um evento midiático. Deste modo, o que ocorreu foi a disseminação da informação, sem que se estabelecesse a verdadeira comunicação, que conduz ao reino da liberdade. Santos (1996a, p. 205) discute:

A informação [...], obediente à regra de um ator hegemônico, introduz, no espaço, uma intervenção vertical, que geralmente ignora o seu entorno, pondo-se ao serviço de quem tem os bastões de comando.

Chauí (2013) finalmente sublinha o terceiro problema, que é a *recusa das mediações institucionais*, própria da sociedade de massa. Essas manifestações, que se originaram na luta contra o aumento das tarifas dos transportes públicos, derivaram para temas como a corrupção política e contra os partidos políticos<sup>6</sup>. A crítica feita aos partidos políticos demonstra uma falta de compreensão de que seja a ética *da* política, confundindo-a com a ética *na* política. A ética *da* política significa a existência de valores essencialmente públicos e que dependem da qualidade das instituições públicas. Por isso conclui a autora, no mesmo artigo:

a ética *da* política depende de uma profunda reforma política que crie instituições democráticas republicanas e destrua de uma vez por todas a estrutura deixada pela ditadura, que força os partidos políticos a coalizões absurdas se quiserem governar, coalizões que comprometem o sentido e a finalidade de seus programas e abrem as comportas para a corrupção.

A ideia, defendida por muitos manifestantes, de um governo sem mediação institucional vai contra os valores do regime democrático e tem como correlato um governo ditatorial, como se este fosse o único capaz de combater a corrupção e os maus políticos.

---

6 O MPL, que convocou as primeiras manifestações, é constituído por militantes de vários partidos de esquerda, mas evitou as referências partidárias nas manifestações como forma de assegurar a unidade do movimento.

Chauí (2013) ainda sublinha a esse respeito:

se não levarem em consideração a divisão social de classes, isto é, o conflito de interesses e de poderes econômico-sociais na sociedade, os manifestantes não compreenderão o campo econômico-político no qual estão se movendo quando imaginam estar agindo fora da política e contra ela.

Lembra ainda, aos manifestantes, que sem autonomia política e sem a defesa da mesma, poderão contribuir para o retorno de interesses e poderes econômicos e políticos que organizaram grandes manifestações de direita em outros países da América do Sul.

Outra questão suscitada por essas manifestações, principalmente a respeito das formas horizontais de organização, é discutida por Harvey (2012), que se posiciona favoravelmente a uma teoria da horizontalidade e da desierarquização nos movimentos sociais, mas pondera que o enfrentamento a um sistema altamente articulado só poderá ser feito na medida em que se construir visões de mundo e projetos de transformação que dependem de muitas decisões que não podem ser tomadas em uma assembleia local. Há uma grande diferença entre autoridade e autoritarismo, pondera o autor. Teme a fetichização do *horizontalismo* com a ideia de que tudo deve vir das bases e que todas as decisões devem ser debatidas e tomadas em assembleia. Argumenta que a horizontalidade pode ser útil em certas escalas, mas não funciona em determinadas situações. Vivemos em um mundo com sistemas de estruturas de comando e de controle. Exemplifica com as formas de funcionamento de usinas nucleares ou o tráfego aéreo ou mesmo, pensando em formas organizativas políticas, traz a experiência do Movimento Zapatista que, militarmente, não é horizontal, tendo comando muito bem estruturado, o que lhe permite continuar resistindo. Em contrapartida, lembra as experiências da Comuna de Paris, que não tinha nenhuma autoridade central para defender a cidade inteira. Defendiam o distrito, mas não a cidade e, por isso, as forças da reação puderam atacar, sem que pudessem resistir à invasão.

Em que pese essas contradições, as manifestações de junho de 2013 significaram um posicionamento político importante contra as ações dos poderes legislativo e executivo, em todos os níveis. Essas ações demonstram uma nova possibilidade de práxis política, uma brecha para se repensar o poder, como assinala Chauí (2013), retomando análises sobre as manifestações de maio de 1968, em Paris.

Embora haja o risco de apropriação das manifestações pelo ideário conservador e autoritário, há também a possibilidade de se começar a considerar, a partir das bandeiras levantadas pelo MPL, que uma das causas para a crise de

mobilidade está no poder econômico das empreiteiras, das montadoras de veículos e nos cartéis das empresas de ônibus. Pode-se acrescentar, também, que há a possibilidade de um aprofundamento das discussões para que se realize uma verdadeira reforma política, a partir de uma ampla consulta popular e não esta que está sendo encaminhada, realizada pelo atual corpo político legislativo, maior interessado na manutenção das atuais regras partidárias.

## Bibliografia

- BEGA DOS SANTOS, Regina. *Movimentos sociais urbanos*. São Paulo: Editora da Unesp, 2008.
- CHAUI, Marilena. As manifestações de junho de 2013 na cidade de São Paulo. *Teoria e Debate*, n. 113, 27 jun. 2013. Disponível em: <http://www.teoriaedebate.org.br/materias/nacional/manifestacoes-de-junho-de-2013-na-cidade-de-sao-paulo>. Acesso em: 10 jul. 2013.
- HARVEY, David. *Espaços de esperança*. São Paulo: Editora Loyola, 2004.
- HARVEY, David. *Entrevista: as cidades rebeldes*. Revista Fórum, 17 jul. 2012. Disponível em: <http://revistaforum.com.br/blog/2012/07/as-cidades-rebeldes-de-david-harvey/>. Acesso em: 25 jul. 2013.
- HARVEY, David. *Ciudades rebeldes*. Del derecho de la ciudad a la revolución urbana. Madrid: Akal Ediciones, 2013.
- KOWARICK, Lucio. *Escritos urbanos*. São Paulo: Editora 34, 2000.
- LEFEBVRE, Henri. *O direito à cidade*. São Paulo: Editora Documentos, 1969.
- LEFEBVRE, Henri. *La revolucion urbaine*. Paris: Editions Gallimard, 1970.
- SADER, Eder. *Quando novos personagens entram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-80*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- SANTOS, Milton. *O espaço do cidadão*. São Paulo: Nobel, 1987.
- SANTOS, Milton. *Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico-informacional*. São Paulo: Hucitec, 1994.
- SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo; razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 1996a.
- SANTOS, Milton. O retorno do território. In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia; SILVEIRA, Maria Laura (Orgs). *Território: globalização e fragmentação*. São Paulo: Hucitec, 1996b.
- THOMPSON, Edward. *Tradición, revuelta y consciencia de clase*. Barcelona: Grijalbo, 1979.

## Sobre a autora

*Regina Célia Bega dos Santos*: graduada em Geografia, mestre e doutora em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo (USP). Professora aposentada do Departamento de Geografia e colaboradora do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

\* \* \*

### ABSTRACT

#### The reconquest of the place as a space of rebellion and the emancipatory alternatives

The recent social protests in major Brazilian cities raised the discussions presented in this article, since it stimulated discussions on issues related to difficulties in daily urban life. It demonstrated how the latencies existing in metropolitan regions and large cities - places potentially revolutionaries - can become popular movements taking over the streets as public spaces, giving them back the political function. It also demonstrate the contradictions in the forms of appropriation of urban space produced by hierarchical use of the territory by private and public entities, such as the actions produced with horizontal relationships between individuals that create the possibilities for sharing transformative actions.

**KEYWORDS:** cities; place; social movements; horizontality-verticality; emancipation.

### RESUMEN

#### La reconquista del lugar como espacio de rebeldía y las alternativas emancipadoras

Las recientes protestas sociales en las principales ciudades brasileñas plantearon las discusiones que se presentan en este artículo. Las latencias existentes en las ciudades y pueblos grandes pueden convertirse en movimientos populares, cuando se conquistan las calles, devolviendo la función política de espacio público. El debate sobre la utilización jerárquica del territorio y de las acciones producidas por las relaciones horizontales pueden crear las posibilidades para el intercambio de acciones transformadoras.

**PALABRAS CLAVE:** ciudades, lugar, los movimientos sociales, la horizontalidad-verticalidad; emancipación.

 **BCG:** <http://agbcampinas.com.br/bcg>

*Artigo recebido em julho de 2013. Aprovado em agosto de 2013.*